



Análise da Resposta de Mulheres Bolivianas Em Situação De Violência A Partir De Uma Perspectiva Decolonial¹

Letícia de Sousa MESSIAS²

Universidade de São Paulo (FDRP/USP), Ribeirão Preto, SP

Resumo

Diante da identificação dos números registrados pela *Organización Panamericana de la Salud* referentes à violência de gênero na Bolívia, passou-se a investigar a posição social das mulheres bolivianas, a partir da sua construção por meio da colonialidade, elemento que também influenciou a constituição das estruturas estatais, inclusive, do Poder Judiciário formal, tanto na Bolívia quanto no Brasil. A partir do advento do cenário descrito, atrelado aos números referentes à feminização da imigração boliviana para o Brasil veiculados pela Polícia Federal, passou-se a investigar se as mulheres bolivianas em situação de violência e na condição de imigrante na cidade de São Paulo acessam o Poder Judiciário formal com o intuito de obter tutela por direitos. Por meio da identificação dos reflexos da colonialidade (i) no estabelecimento de parâmetros referentes à categoria gênero, (ii) na edificação da posição social das mulheres latino-americanas e também (iii) na constituição das estruturas de poder, o que será realizado por meio da construção teórica e revisão bibliográfica crítica, a partir do que busca-se compreender o advento do cenário do sul global. A coleta e análise serão realizadas a partir do levantamento dos processos existentes no Tribunal de Justiça de São Paulo, nos quais é possível identificar a condição de mulher imigrante boliviana e a ocorrência de violência de gênero. A partir do exposto será possível elucidar o teor das decisões e os principais elementos envolvidos na demanda, por meio da análise de conteúdo.

Palavras-chave: Bolívia; mulher; violência.

Introdução

Para ser possível compreender a abordagem do presente trabalho, propõe-se a apresentação do marco teórico a partir do qual será edificada a argumentação: a (de)colonialidade. Como método para a construção deste tópico serão apresentados os principais conceitos obtidos a partir da revisão bibliográfica crítica realizada.

Em um primeiro momento, será elucidada a influência da colonialidade do poder, descrita por Aníbal Quijano, como elemento de silenciamento e opressão das existências divergentes da hegemônica, a qual influenciou, inclusive, a construção

¹ Trabalho apresentado no GT 1 – Imigrações Internacionais Contemporâneas: Novas Abordagens Teóricas e Metodológicas e Novos Recortes Empíricos e Temáticos do III Seminário Nacional de Sociologia, realizado de forma remota de 08 a 16 de outubro de 2020.

² Graduada em Direito pela Universidade de São Paulo (FDRP/USP), mestranda vinculada ao Programa de pós-graduação da Universidade de São Paulo (FDRP/USP), e-mail: leticiamessias@usp.br



das estruturas de poder na América Latina, conforme será elucidada pelas percepções de Boaventura de Souza Santos.

Posteriormente, serão tratados propriamente os reflexos da colonialidade no delineamento da posição social das mulheres latino-americanas a partir de María Lugones, bem como a sua influência na construção da luta do feminismo comunitário na Bolívia.

A proposta é justamente elucidar como a colonialidade afeta (i) a construção da estrutura formal estatal e (ii) silencia as existências da América Latina, em especial, das mulheres racializadas, (iii) a partir do que será investigado se o silenciamento das mulheres latino-americanas e a construção da estrutura estatal a partir de preceitos do norte global, ou seja, distante das suas existências, influenciam na busca da tutela por direitos pelas mulheres bolivianas em situação de violência perante o Poder Judiciário formal quando encontram-se na condição de imigrante na cidade de São Paulo.

A influência da colonialidade na construção da América Latina

A construção dos conceitos e percepções a respeito da colonialidade possui como elemento norteador o grupo Modernidade/Colonialidade, edificado a partir das reflexões do sul global para pensar as questões relacionadas a sua própria realidade, a partir das primeiras contribuições coletivas registradas na obra *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales*, a qual contou com a participação, dentre outros, de Aníbal Quijano.

O principal conceito de Quijano sobre o qual se debruçará o presente trabalho é a “colonidade do poder” e os seus desdobramento na colonidade do saber e do ser.

Quijano (2009, p.74) elucida a construção das estruturas de poder a partir da dominação embasada na categoria raça, elemento elaborado com o intuito de silenciar as existências que não se enquadravam nos padrões eurocêtricos. A hierarquização elaborada passou a impor as percepções do norte global sobre as construções sociais existentes na América Latina até então, sob a elaboração da compreensão de que a aceitação e replicação da cultura europeia “*daba acceso ao poder*” (QUIJANO, 1992, p.12).



A dominação baseada na construção de inferioridade/superioridade a partir da categoria raça (QUIJANO, 2005, p.106) foi responsável por estabelecer as estruturas de poder e a forma de constituição dos pilares da América Latina. Conforme remonta Quijano (2005, p. 107): “[...] na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha”.

A partir do exposto, a compreensão é no sentido de que a categorização e o estabelecimento de estruturas sociais a partir da raça foram fundamentais para distribuição da população mundial em níveis, lugares e papéis nas estruturas de poder e na sociedade construída a partir da colonialidade (QUIJANO, 2005, p.208).

Arelada ao capitalismo e à denominada modernidade, os reflexos da colonialidade do poder e das imposições sobre as subjetividades e sobre a própria existência na América Latina são elucidadas na elaboração da compreensão da colonialidade do ser e do saber, bem como no esforço realizado para colocar as/os colonizadas/colonizados em uma posição de subalternidade.

A construção global a partir de perspectivas eurocêntricas, apoiada pela colonialidade (QUIJANO, 2000, p. 342), cria dicotomias e coloca as realidades do sul global em uma posição de irracionalidade e de subdesenvolvimento, a partir do que é edificada a premissa de que deve-se busca o atingimento dos preceitos delineados por meio da estrutura branca do norte.

A partir da compreensão da coloniidade enquanto elemento que influenciou a constituição das percepções em relação às interações globais e aos próprios entendimentos em relação às existências do norte e do sul global por meio da categorização e do estabelecimento de parâmetros eurocêntricos, é possível compreender que os seus reflexos se estenderam igualmente na constituição da estrutura dos Estados latino-americanos, inclusive, do Poder Judiciário formal.

Nesse sentido, Souza Santos, já na introdução da sua obra “Para uma revolução democrática da justiça”, elucida a ausência de resultados práticos positivos da promessa da modernidade, na qual existe um monopólio estatal e científico do direito (SOUZA SANTOS, 2014, p.06), o qual é constituído a partir de



preceitos formais eurocêntricos e promessas dos lemas da Revolução Francesa que buscam ser replicados no sul global.

A proposta de Souza Santos (2014, p.07) é justamente aproximar a atuação do Poder Judiciário das demandas, das existências socialmente oprimidas, o intuito é romper com as barreiras construídas entre quem realmente necessita da tutela de direitos e a atuação do Poder Judiciário formal, distante do que acontece na realidade próxima à sua atuação e que não confere protagonismo às existências do sul global, silenciadas pela colonialidade.

Nesse contexto, a democratização do Poder Judiciário apenas será possível e fará sentido em um contexto de revolução mais ampla, que inclua a própria democratização do Estado e da sociedade (SOUZA SANTOS, 2014, p.08), a partir do rompimento com as amarras impostas e o estabelecimento de relações, percepções sociais a partir de uma epistemologia diversa da que silencia e oprime quem está em desacordo com os preceitos do norte global.

As compreensões de Quijano e Souza Santos elucidam como a construção das estruturas de poder na América Latina a partir de preceitos descolados da realidade local contribui para o silenciamento e distanciamento da tutela por direitos das existências do sul global.

A introdução da discussão sobre gênero

A despeito dos esforços delineados por Quijano para elucidar a construção das opressões e da colonização das existências consideradas subalternas a partir da raça, o gênero e o duplo silenciamento decorrente da existência fusionada entre raça e gênero não foram alvo das suas reflexões.

É justamente nesse ponto que reside a crítica delineada por Lugones, a partir da proposta de compreender e conferir protagonismo à existência das mulheres racializadas latino-americanas que são duplamente silenciadas: por não serem homens e por não serem mulheres europeias.

La mirada de Quijano presupone una comprensión patriarcal y heterosexual de las disputas por el control del sexo y sus recursos y productos. Quijano acepta el entendimiento capitalista, eurocentrado y global de género. El marco de análisis, en tanto capitalista, eurocentrado y global, vela las



maneras en que las mujeres colonizadas, no-blancas, fueron subordinadas y desprovistas de poder. El carácter heterosexual y patriarcal de las relaciones sociales puede ser percibido como opresivo al desenmascarar las presuposiciones de este marco analítico (LUGONES, 2008, p.78).

O esforço é elucidar como a categoria gênero, assim como a raça, também é oriunda de uma construção social moderna de dominação e de estabelecimento dos preceitos eurocêtricos.

Nesse sentido, se já é possível compreender a partir do Quijano, o silenciamento das existências racializadas latino-americanas, os reflexos destrutivos da coloniedade sobre as que se constituem a partir da existência fusionada entre raça e gênero merecem ainda maior destaque.

No contexto descrito, a construção de Lugones se distancia do feminismo hegemônico do norte global, construído a partir da coloniedade que não consegue vislumbrar a realidade latino-americana, o intuito é conferir protagonismo às existências das mulheres do sul global, bem como elucidar e questionar a construção categorial que as colocou em uma posição não humanas: “A consequência semântica da colonialidade do gênero é que “mulher colonizada” é uma categoria vazia: nenhuma mulher é colonizada; nenhuma fêmea colonizada é mulher” (LUGONES, 2014, p.939).

A partir da identificação de Lugones do sistema moderno-colonial de gênero e do estabelecimento da luta das mulheres racializadas a partir do sul global, merece destaque os reflexos específicos na Bolívia, identificados a partir da atuação do coletivo feminista comunitário *Mujeres Creando*, a partir da compreensão de que “*No hay descolonización sin despatriarcalización*” (ORTIZ, 2011, p. 165).

A partir da luta entabulada com o intuito da reconstrução de percepções sociais por meio de epistemologia diversa da eurocêntrica, as demandas para a construção de uma atuação comunitária em contraposição às estruturas coloniais passam a ganhar força, em especial a partir do Estado Plurinacional Boliviano, conforme é possível observar na legitimação dos sistemas plurais de justiça existentes na Lei 348/13 - Lei Integral para garantir às mulheres uma vida livre de violência.

A democratização do acesso à justiça busca aproximar a tutela por direitos das existências duplamente silenciadas, que possuem uma existência na



liminalidade e na resistência no lócus fraturado (LUGONES, 2014, p. 948) com o intuito de romper a compreensão no sentido de que os mecanismos para acesso à justiça geram resultados fraudulentos, que traem as expectativas inicialmente criadas em relação à atuação com o intuito de garantir a tutela por direitos (LAURIS, 2013, p. 43), ao passo que as estruturas de poder constituem-se de forma distante de quem mais necessita da sua guarida.

Com o intuito de ampliar o acesso à justiça e conferir maior tutela às que tiveram a sua existência duplamente silenciada pela colonidade, a lei boliviana 348/13 prevê uma aproximação com a atuação comunitária para os casos relacionados à violência de gênero, com o intuito de ampliar as possibilidades para tutela de direitos e busca por suporte, já que tais estruturas estão mais próximas das realidades das mulheres bolivianas racializadas.

Dentre as disposições da legislação sobre a temática, merece destaque o artigo 18, no qual consta, expressamente, a legitimação da atuação de tribunais diversos do Poder Judiciário formal nos casos de violência de gênero.

ARTÍCULO 18. (PREVENCIÓN COMUNITARIA). Las autoridades indígena originario campesinas y afrobolivianas, adoptarán en las comunidades en las que ejercen sus funciones, las medidas de prevención que consideren más adecuadas bajo los tres criterios de acción establecidos para evitar todo acto de violencia hacia las mujeres, con la participación de éstas en su planificación, ejecución y seguimiento, respetando sus derechos. Ninguna norma o procedimiento propio de las naciones y pueblos indígena originario campesinas podrá vulnerar los derechos reconocidos en la Constitución Política del Estado y el bloque de constitucionalidad.

O exposto leva à identificação da busca pelo rompimento das amarras da colonidade a partir das quais foram constituídas as estruturas de poder e, consequentemente, as possibilidades da busca por tutela de direitos. Tal postura é influenciada, inclusive, pelo posicionamento e pelas demandas das feministas bolivianas.

A partir da perspectiva exposta, a legislação propõe a legitimação de toda uma estrutura com o intuito de romper com a construção eurocêntrica do sistema de justiça.



ARTÍCULO 29. (PROMOTORAS COMUNITARIAS). Las mujeres que hubieran superado su situación de violencia, o aquellas que deseen asumir este compromiso, se podrán constituir voluntariamente en redes promotoras de apoyo a mujeres que todavía se encuentran en tal situación, generando grupos de solidaridad y protección articulados a los servicios públicos de atención. La Entidad Territorial Autónoma brindará a las promotoras capacitación en resolución pacífica de conflictos, nociones de psicología, consejería y cualquier otro tema de interés para este fin. ARTÍCULO 30. (CASA COMUNITARIA DE LA MUJER). En el área rural, las mujeres organizadas podrán definir la creación de Casas Comunitarias de la Mujer, para lo cual el Gobierno Autónomo Municipal dotará de la infraestructura necesaria. Las que están articuladas a la red de promotoras comunitarias en las distintas comunidades que atenderán y realizarán las tareas de orientación, prevención y detección de casos de violencia, podrán suscribir convenios con autoridades públicas e instituciones privadas.

O cenário descrito, leva à reflexão a partir da qual o intuito é compreender a relação entre mulheres bolivianas imigrantes em situação de violência e a tutela por direitos a partir das estruturas formais de poder brasileiras, também construídas a partir dos preceitos eurocêtricos e coloniais, ao passo que a sua condição de vulnerabilidade é agravada por estar fora do seu país de origem, muitas vezes, sem documento regular, sem compreender as possibilidades para acesso à justiça, sem rede familiar de apoio, sem se comunicar em português, morando e trabalhando com outros imigrantes.

O distanciamento das estruturas de poder, em especial, do Poder Judiciário, das que sofrem um duplo silenciamento constituirá o objeto de investigação a partir da identificação dos registros no Tribunal de Justiça de São Paulo das demandas das mulheres bolivianas imigrantes em situação de violência.

Números referentes à violência de gênero e à feminização da imigração

O recorte realizado no presente trabalho com o intuito de compreender propriamente o acesso ao Poder Judiciário formal no estado de São Paulo por mulheres bolivianas, deve-se (i) aos números referentes à violência de gênero na Bolívia e (ii) ao considerável fluxo migratório existente de bolivianas e bolivianos para o Brasil.



Diante do relatório *Violencia contra las Mujeres en America Latina e Caribe: Análisis comparativo de datos poblacionales de 12 países*, desenvolvido pela *Organización Panamericana de la Salud*, foi possível identificar, dentre os resultados obtidos, que das mulheres casadas ou em união estável 53,3% das bolivianas declararam já ter sofrido alguma vez violência física no ano de 2003. Em 2008, 25,5% das mulheres bolivianas declararam ter sofrido violência nos últimos doze meses, enquanto em Honduras o percentual era de 13,7%.

Em relação à violência emocional, a Bolívia aparece novamente como destaque, ao passo que em 2008 18,9% das mulheres declararam já terem sofrido esse tipo de violência.

A partir dos números identificados a partir da pesquisa exploratória realizada, passou-se a buscar identificar as iniciativas bolivianas com o intuito de confrontar o cenário identificado. Dentre as iniciativas vislumbradas, merece destaque as diretrizes desenvolvidas para julgar com perspectiva de gênero, com o intuito de orientar as magistradas e os magistrados responsáveis por julgar as demandas que envolvem violência de gênero.

A orientação foi desenvolvida pelo Comitê de Gênero do Órgão Judicial boliviano. Sob a perspectiva do presente artigo, merece destaque tal trabalho, ao passo que a análise das decisões selecionadas será realizada a partir de tal metodologia.

Identificado o cenário referente à violência de gênero na Bolívia, passou-se a investigar o fluxo migratório para o Brasil. De acordo com as informações obtidas a partir da Obmigra, registradas no Portal de Imigração do Governo Federal, no mês de janeiro/2020 adentraram o território brasileiro um total de 441 migrantes de origem boliviana, desses, 220 eram homens e 221 mulheres.

De acordo com as informações veiculadas pela Polícia Federal³, no mês de janeiro de 2020, a Bolívia ocupou o quarto lugar dentre os países dos quais as migrantes e os migrantes que adentraram o Brasil são oriundos, sendo que as mulheres representam mais de cinquenta por cento⁴.

³ Importante ressaltar que os dados aqui apresentados são os oficiais, os quais, nem sempre, retratam a realidade, tendo em vista a quantidade de migrantes que adentram o país por meios ilegais.

⁴ No mês de janeiro/2020 adentraram o território brasileiro um total de 441 migrantes de origem boliviana, desses, 220 eram homens e 221 mulheres.

Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados/relatorios-mensais>. Acesso em: 03/03/2020.



A partir do exposto, iniciou-se busca com o intuito de identificar trabalhos desenvolvidos a respeito da realidade das mulheres imigrantes bolivianas no Brasil, a partir do que foram identificados, dentre outros, os estudos desenvolvidos por Ribeiro (2019) e Vieira (2019), a partir do que foi identificado o destaque da comunidade boliviana na cidade de São Paulo.

Tendo em mente a construção (i) da posição social das mulheres latino-americanas e (ii) os pilares sobre os quais foi constituído o Poder Judiciário formal, ambos influenciados pela colonialidade, buscou-se identificar se as mulheres bolivianas em situação de violência, tendo sua situação de vulnerabilidade agravada por não estarem em seu país de origem, conseguem acessar o Tribunal de Justiça de São Paulo para reivindicar a tutela por direitos, bem como mapear o conteúdo das decisões proferidas nas demandas.

Levantamento de demandas no Tribunal de Justiça de São Paulo

Tendo em vista que o presente trabalho busca compreender o acesso à justiça por mulheres bolivianas em situação de violência na cidade de São Paulo, bem como identificar a postura do Poder Judiciário em face da realidade das mulheres bolivianas em situação de violência de gênero, é preciso ser realizado um panorama a respeito de qual é o atual cenário das demandas ajuizadas a partir de um levantamento dos processos que envolvem a temática de estudo.

Com o intuito de identificar se as mulheres bolivianas buscam apoio junto ao Poder Judiciário quando da ocorrência de violência em decorrência do gênero, foi realizado levantamento no banco de dados do Tribunal de Justiça de São Paulo.

A busca foi dividida em três momentos: (i) busca de decisões por palavras-chave; (ii) leitura e análise do conteúdo atrelada ao descarte de resultados duplicados; (iii) seleção das decisões referentes a processos que em primeira instância tramitaram na comarca de São Paulo/SP.

Ao adentrar o Esaj Portal de Serviços, ferramenta do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, há campo específico denominado consultas de jurisprudência, a partir do que é possível realizar pesquisa de decisões de segunda instância através de padrões previamente estipulados.



Para a realização da pesquisa foram utilizados termos-chave, porém, não foi realizado nenhum outro filtro, inclusive temporal, tendo em vista a quantidade reduzida de decisões obtidas.

Para a realização da pesquisa livre sempre foram utilizados dois termos, com o intuito de obter decisões que acoplassem a ocorrência da violência de gênero e a nacionalidade boliviana da mulher. Tendo em vista que quando era utilizado o termo “violência de gênero” não foi possível obter retorno, optou-se por utilizar a expressão “violência doméstica” ou “Maria da Penha”.

Durante a primeira etapa, foram realizadas buscas de sete pares de expressões, com isso, será detalhado o cenário de cada uma delas:

Ao realizar a busca através das palavras-chave “violência doméstica” e “imigrante” obteve-se o retorno de 18 (dezoito) decisões, das quais todas foram descartadas. Em 7 (sete) oportunidades o termo “imigrante” era referente ao nome de avenida; em 1 (uma) referente ao nome de rua; em 5 (cinco) ao nome de rodovia; em 1 (uma) nome de praça; em 1 (uma) a nome de parque; em 1 (uma) a nome de jardim; em 2 (duas) o termo fazia parte de uma citação constante na decisão. Com isso, em nenhuma das decisões selecionadas o termo “imigrante” era tratado no sentido buscado.

A segunda busca por realizada através dos termos “violência doméstica” e “mulher boliviana”, da qual não retornou nenhum resultado. O mesmo cenário se repetiu quando realizada a busca pelos termos “Maria da Penha” e “mulher boliviana”.

Posteriormente a pesquisa foi realizada por meio dos termos “Maria da Penha” e “imigrante”, na qual retornaram 7 (sete) resultados, dos quais todos foram descartados, tendo em vista que novamente o termo “imigrante” fazia referência a sentidos diversos dos buscados pelo trabalho. Em 1 (uma) oportunidade era referente ao nome de rodovia; em 1 (uma) a avenida; em 4 (quatro) e Ecovias e 1 (uma) a parque.

Após foram selecionados os termos “violência doméstica” e “Bolívia”, a partir dessa combinação foi possível obter o maior número de resultados, 40 (quarenta), dos quais 26 (vinte e seis) foram descartados e 14 (quatorze) passaram para a próxima etapa de análise. Em 13 (treze) das decisões obtidas, o termo “Bolívia” estava presente, porém, não fazia referência ao país de origem da autora, tratava-



se, em sua maioria, de citações doutrinárias nas quais a palavra estava presente. Em 13 (treze) oportunidades o termo “Bolívia” era referente ao nome da rua.

Ao realizar nova busca através das palavras “violência doméstica” e “boliviana” foram obtidos 13 resultados, dos quais 2 (dois) foram descartados por não obterem relação com a temática do trabalho e 11 (onze) foram mantidos para posterior refinamento da análise.

A última busca foi realizada por meio dos termos “Maria da Penha” e “boliviana”, da qual retornaram 3 (três) resultados e todos foram mantidos para análise cautelosa.

Das 28 (vinte e oito) decisões selecionadas para a segunda etapa de análise, 6 (seis) foram descartados porque constavam em duplicidade. Com isso, as 22 (vinte e duas) decisões restantes foram lidas e analisadas com o intuito de identificar se: (i) está sendo discutida questão relacionada à violência em decorrência do gênero; (ii) a autora é mulher boliviana. A partir do exposto, 6 (seis) decisões foram descartadas, tendo em vista que não tratavam propriamente da temática do trabalho, ainda, duas das decisões selecionadas são referentes à conflito negativo de competência, a partir do que restaram 14 (quatorze) decisões.

Com isso, passou-se para a terceira etapa de seleção, momento no qual foi realizada análise da comarca de origem de cada uma das decisões. As decisões que não estavam vinculadas a processos que tramitaram na cidade de São Paulo foram descartadas, ou seja, 3 (três) delas, das quais os processos são oriundos das comarcas de Assis, Presidente Prudente e São Bernardo do Campo.

A partir do exposto foram selecionadas 11 (onze) decisões, as quais foram submetidas às diretrizes de análise, as quais serão especificadas em momento posterior, com o intuito de compreender os principais elementos que permeiam os processos ajuizados por mulheres bolivianas residentes na cidade de São Paulo quando estão em situação de violência.

Ao realizar análise pormenorizada das decisões selecionadas, foi identificado que 2 (dois) delas são *habeas corpus* impetrados pelo réu de um dos processos que teve a sua apelação selecionada para análise, ou seja, três documentos eram referentes ao mesmo processo, motivo pelo qual os *habeas corpus* foram descartados. Diante de todo o exposto, a partir dos critérios estabelecidos foram submetidos à análise a partir das diretrizes 9 (nove) decisões.



Ou seja, a despeito de todo o contexto descrito de violência, atrelado à vulnerabilidade pela condição de imigrante, a partir dos critérios estabelecidos, foram obtidas apenas nove decisões.

A partir da análise realizada, as informações foram sistematizadas em planilha do Excel a partir das categorias descritas nas diretrizes desenvolvidas na Bolívia e foram acrescentadas avaliações com o intuito de identificar a influência da condição de imigrante (i) para o acesso à justiça; (ii) se a condição de imigrante foi determinante para a ocorrência da violência.

A partir dos parâmetros estabelecidos, a categorização do conteúdo foi realizada da seguinte forma:

1. Análise dos fatos

1º nível de análise:

a. Análise de aspectos gerais:

- i. Conduta que deu ensejo ao conflito: Ato que acarretou o processo e tipificação da conduta;
- ii. Pessoas envolvidas: Relação entre agressor e mulher em situação de violência;
- iii. Circunstâncias de tempo, modo e lugar: Data, local e horário dos fatos, bem como se as agressões eram recorrentes;
- iv. Identificar possíveis situações de violência física, verbal, psicológica, econômica, etc;

b. Análise do contexto:

- i. Contexto geral dos fatos: identificação da problemática social; analisar o conflito de acordo com condições espaço-temporais: Identificação da relação entre as partes, início do relacionamento, presença de filhos, registro de ocorrências anteriores, motivos que impulsionaram os fatos, registro de agressão na Bolívia, se já existia relação entre as partes na Bolívia;
- ii. Características de identidade: Nacionalidade dos indivíduos envolvidos na demanda, idade, condições econômicas, laborais e educacionais, inclusive conhecimento da língua



portuguesa, existência de redes de apoio, interação entre identidade de gênero e realidade das partes;

2º nível de análise:

- a. Valoração da situação de risco e medias de proteção: Identificar se há risco para a mulher em situação de violência, caso positivo, verificar se foram impostas medidas de proteção emergenciais, preventivas, civis, etc.
- b. Valoração de provas: verificar quais provas foram levadas em consideração para a tomada de decisão, se são idôneas e suficientes;
- c. Observação da situação interseccional entre gênero e origem;
- d. Como a demanda chegou ao Poder Judiciário: a própria mulher em situação de violência buscou ajuda, houve intermediação de rede de apoio ou de outros órgãos da justiça;
- e. Direitos em conflito
 - i. Identificar direitos em conflito conforme relato das partes;
- f. Direito aplicável
 - i. Verificar qual disposição do ordenamento jurídico foi utilizada como base para o julgamento;
 - ii. Identificar se ocorreu aplicação ao caso de tratados internacionais, jurisprudência nacional e internacional.
- g. Medidas de reparação
 - i. Ditar medidas que busquem a reparação integral como indenização, restituição, reabilitação, ações que contemplem a transformação estrutural das desigualdades; ditar medidas proporcionais em relação ao dano causado.
 - h. Analisar se houve participação do Ministério Público, decisão final, qual foi a pena em primeira e segunda instância, qual penalidade foi aplicada.

A partir das análises realizadas, merecem destaque os resultados obtidos.

Em nenhuma das decisões analisadas foi possível identificar todas as diretrizes descritas na metodologia para julgar com perspectiva de gênero, em especial no que diz respeito às medidas de reparação.



Ressalte-se ainda que na decisão denominada de “1”, foi alegado em juízo que os fatos não ocorreram, mas que, provavelmente, por não falar bem português, na delegacia a situação não foi compreendida, argumentação rechaçada pela condenação do réu.

Vale ressaltar ainda que com exceção da decisão “7”, na qual não foi possível identificar a informação, o réu agressor também é boliviano, sendo que, ao menos, nas demandas “2” e “5” é possível ter certeza que a violência ocorria antes da imigração.

Conclusão

As questões vinculadas à construção social das mulheres bolivianas e ao acesso às estruturas formais de justiça estão intimamente relacionadas com a construção da América Latina a partir da colonialidade, pela busca por aproximação com os preceitos eurocêntricos e distanciamento das realidades locais.

A proposta pelo rompimento com a estrutura de Poder Judiciário legitimada até então pode ser vislumbrada tanto de proposta de Souza Santos quanto pelas iniciativas bolivianas.

O intuito é conferir protagonismo às existências latino-americanas, em especial às mulheres racializadas – não homens e não mulheres europeias – por meio da legitimação e ampliação das possibilidades para tutela de seus direitos.

A despeito de, em um primeiro momento, ter sido elaborada como hipótese a possibilidade de identificação da ampla quantidade de demandas envolvendo mulheres imigrantes bolivianas e violência de gênero, o levantamento jurisprudencial realizado não permite chegar a essa conclusão.

Tal fato leva à busca pela compreensão dos entraves relacionados ao acesso à justiça, ao passo que, a despeito de existirem as situações de violência, conforme é possível vislumbrar nos números descritos, muitas vezes, não chegam ao Poder Judiciário formal.

A proposta de uma nova epistemologia para compreender o que é a América Latina, como são construídas as relações e posições sociais do sul global a partir da decolonialidade busca elucidar as existências das mulheres latino-americanas que



resistem no lócus fraturado diante do silenciamento das suas existências, bem como ampliar o acesso à garantia por direitos a partir da aproximação dos órgãos de justiça das suas realidades e das suas demandas, fato que assegurará, inclusive, o oferecimento de uma reposta condizente com o seu contexto.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASIL. Bolívia vai declarar alerta nacional por feminicídios. Publicado em 09 jan. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2020-01/bolivia-vai-declarar-alerta-nacional-por-feminicidios>. Acesso em 09 abr. 2020.

BOLIVIA. *Ley 348/13. Ley Integral para garantizar a las Mujeres una Vida Libre de Violencia*. La Paz: Poder Legislativo, 2013.

LAURIS, E. **Dinâmicas de colonialidade e narra(alterna-)tivas do acesso à justiça no Brasil e em Portugal**. Faculdade de Economia Universidade de Coimbra, 2013.

LUGONES, M. **Multiculturalismo radical y feminismos de mujeres de color**. Iztapalapa: Universidad Autónoma Metropolitana, 2005.

LUGONES, M. **Colonialidad y género**. Bogotá: Tabula Rasa, 2008, p. 73-101.

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Florianópolis: Revista de Estudos Feministas, 2014, p. 935-952.

PAREDES, J. **Despatriarcalización: Una respuesta categórica del feminismo cumunitario**. Revista de Estudios Bolivianos, 2015, v. 21, p. 101-115.

PAREDES, J. **Uma ruptura epistemológica com o feminismo ocidental**. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de. *Pensamento feminista hoje: Perspectivas decoloniais*. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

PORTAL DE IMIGRAÇÃO, Ministério da Justiça. Observatório OBMigra. Disponível em: <https://portaldeimigracao.mj.gov.br/pt/dados>. Acesso em 29 mar. 2020.

QUIJANO, A. **Colonialidad del Poder y Clasificación Social**. Journal of World-Systems Research, 2000, p. 342-386.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Edgardo Lander. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

QUIJANO, A. **Colonialidade do Poder e classificação social**. In: Epistemologias do Sul, MENESSES, Maria Paula; SANTOS, Boaventura de Sousa. Coimbra: Edições Almedina S.A., 2009.



RIBEIRO, C. Gênero e mobilidade do trabalho: Bolivianas trabalhadoras na indústria de confecção de São Paulo. São Paulo: 2019.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma revolução democrática da justiça. Coimbra: Almedina, 2014.

TRIBUNAL SUPREMO DE JUSTICIA. Justicia lanzó protocolo para defender la vida, dignidad y los derechos de mujeres. Publicado em 07 mar. 2017. Disponível em: <https://tsj.bo/justicia-lanzo-protocolo-para-defender-la-vida-dignidad-y-los-derechos-de-mujeres-y-lgbti/>. Acesso em 20 mar. 2020.

VIEIRA, E. Estratégias articuladas por mulheres bolivianas em São Paulo para realização do trabalho doméstico em suas casas e famílias. Recife, 2019.

VIEIRA, E. Entre Brasil e Bolívia: o trabalho doméstico a partir da experiência migratória de mulheres bolivianas em São Paulo. Natal, v.7, n.12, 2020.